

HISTÓRIA E POLÍTICA: Luta pela democracia e diversidade

uma entrevista com James N. Green

James Naylor Green é Professor Carlos Manuel de Céspedes de História da América Latina na Brown University. Foi Professor Visitante na Hebrew University Of Jerusalem (2011), na Columbia University (2012), na Princeton University (2013) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Graduado em Ciência Política pelo Earlham College (1972) e Doutor em história da América Latina na University of California, Los Angeles (1996) com a tese *Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil*, que posteriormente foi transformada em livro e publicada em 2000, no Brasil, pela editora da UNESP com o título *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. James Green também publicou outras obras no Brasil, como os seguintes títulos: *Frescos Trópicos: Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, *Apesar de vocês: a oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-85* (2009), *Homossexualidade e a ditadura brasileira: Opressão, resistência e a busca da verdade* (2014, em parceria com Renan Quinalha), *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel* (2018). Foi militante do movimento homossexual brasileiro, tendo integrado o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual. Entre 2012 e 2014, colaborou com a Comissão Nacional da Verdade, na qual apurou a perseguição aos LGBT pelo Estado entre 1964 e 1985. A entrevista foi realizada em junho de 2019 e nela tivemos a oportunidade de dialogar com James Green sobre sua trajetória política e acadêmica, bem como, a partir de suas pesquisas, questionar sobre temáticas relacionadas com a democracia, o autoritarismo e a atual conjuntura política brasileira.

Entrevista concedida em 04 de junho de 2019, por conexão de voz e vídeo, a Daniel Vital Silva Duarte e Rafael Sancho Carvalho da Silva.

Revista de História da UFBA: Em 2013, o STF julgou inconstitucional distinções de tratamento nas uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo; em 2016, reconheceu que a mudança de sexo no registro civil pode ocorrer por via cartorial sem a cirurgia de redesignação e sem autorização judicial; e agora em 2019, há uma maioria de ministros votando pela equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo.¹ No entanto, em 2018, a Vereadora Marielle Franco foi assassinada. No mesmo ano, Jean Wyllys foi reeleito como Deputado Federal – e poucos meses depois saiu do Brasil correndo risco de vida. Como o senhor analisa esta disjunção, na qual a grupos da sociedade se queixam de um excesso de vanguardismo de certos setores do Estado (jurídicos, administrativos, de fiscalização) ao mesmo tempo em que o Brasil recrudescer na violência contra LGBT's?

James N. Green: Mais um elemento: o próprio presidente agora falou que é necessário indicar evangélicos para o Supremo Tribunal Federal (STF), supõe-se, para ter uma visão mais conservadora. Ou seja, por um critério religioso que nunca houve no Brasil, porque a República é laica desde a sua inauguração – embora a Igreja Católica tenha tido certa influência no Estado, principalmente depois do acordo com Getúlio Vargas.

Existe uma situação contraditória no Brasil: o processo democrático, a partir de 1974, deu a possibilidade de surgirem novos movimentos sociais com novas reivindicações: o movimento negro reivindicando uma nova leitura do racismo no país; o movimento feminista reivindicando uma crítica do patriarcado, que é muito embutido na cultura brasileira; e o movimento LGBT, que questionava as noções normativas sobre os papéis de gênero e sexualidade. Houve muitas mudanças nestes últimos 40, 50 anos a partir desses movimentos sociais que modificaram a opinião pública, combinados com forças internacionais e outras influências.

Então, eu acho que parte da vitória do Bolsonaro não foi somente contra a corrupção, contra o PT; foi contra as mudanças culturais e sociais ocorridas a partir dos anos 1970. O Brasil mudou, o comportamento mudou, a maioria das pessoas hoje em dia defende ou não tem nada contra casais homossexuais. Na medida em que as pessoas jovens assumem a sua sexualidade, nas suas famílias, nas suas igrejas, nos seus bairros... as famílias, em um primeiro momento, podem rejeitar, mas depois se acostumam e se adaptam à situação. Cada família tem um gay, uma lésbica assumida no Brasil hoje em dia. Isso mudou a opinião pública social, que leva a sério seis dos membros do STF tomarem essa posição e, acredito, outros vão seguir com esta postura.²

1 A Corte firmou decisão a favor da equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo no dia 13 de junho de 2019. Ver: “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa”, *Portal do Supremo Tribunal Federal*, 13 jun. 2019, <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?id-Conteudo=414010>, acesso em 02 jul. 2019.

2 “55% são contra liberação de armas”, *Datafolha Instituto de Pesquisas*, São Paulo, 27 out. 2018, <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/10/1983767-55-sao-contraliberacao-de-armas.shtml>, acesso em 02 jul. 2019.

Bolsonaro representa a reação contra essas mudanças sociais. Representa uma volta a uma fantasia de um passado ideal que nunca existiu, dourado, em que os papéis de gênero e de sexualidade foram bem rígidos e embutidos com valores superconservadores. Então, é uma disputa não só sobre que tipo de economia, tipo de Estado, mas que tipo de Democracia o Brasil quer ter: a direita com Bolsonaro, e com os aliados, querem voltar para um passado reacionário, enquanto outros setores que estão lutando pela libertação. É interessante ver como essas medidas do governo Bolsonaro têm corroído o seu apoio popular. Ele está perdendo este apoio. Ele está fazendo barbaridade com suas declarações e não somente com as questões LGBT. Mas, sobre as questões como a universidade brasileira livre e autônoma; e contra a pesquisa universitária. Trata-se de uma disputa que estamos vivendo neste momento. Vamos vencer. O Brasil vai voltar a ser um país democrático, amplo e que respeita a diversidade. Mas vai ser uma luta de vários anos.

RH: A sua trajetória começou na ciência política e, depois, migrou para o campo da história. No Brasil, foi pesquisador, membro fundador do SOMOS³ – Grupo de Afirmação Homossexual – e professor universitário. Como avalia, em retrospecto, o entrelaçamento entre ativismo social, docência e pesquisa?

JNG: A minha trajetória é em certo sentido um pouco única, porque eu já vivia, durante a juventude nos EUA, uma politização. Eu nasci numa família de religião protestante progressista – *Quaker* – na qual eu tive a oportunidade de me envolver muito jovem no movimento pelos direitos civis dos negros e de ter uma consciência muito aguda contra a guerra do Vietnã. Particpei ativamente de várias mobilizações quando tinha entre 15 e 17 anos, na universidade. Fui preso protestando contra a guerra do Vietnã. Então, quando cheguei no Brasil, eu já tinha uma experiência política tanto no movimento amplo da esquerda americana quanto no movimento LGBT norte-americano. Já tinha organizado com outros gays e lésbicas, nesse caso gays, um grupo de gays socialistas e que se identificavam totalmente com a esquerda com as lutas progressistas e a necessidade de pensar a interseccionalidade. Não existia esta palavra, mas a gente já praticava esta noção em São Francisco, em 1974 e 1975. Para dar um exemplo: eu organizei, em 1975, no segundo aniversário do Golpe do Chile, um ato público de solidariedade gay, que era uma palavra que na época se usava para gays e lésbicas, solidariedade gay com a resistência chilena. Era para dar solidariedade tanto para os homossexuais chilenos quanto para a esquerda chilena que lutava contra o governo reacionário e ditatorial de Augusto Pinochet.

3 O SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, criado em 1978 com o nome de Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais (NADH), foi um dos primeiros coletivos para discussão sobre o tema no Brasil, quer como espaço de troca de experiência, quer como ator político. Ver: Carlos Figari, *A classe que escreve a história: Somos e Lâmpião. @s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro*, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007, p. 415-417.

Então, eu já tinha um envolvimento político muito grande. E eu cheguei no Brasil justamente no momento da Abertura,⁴ quando começaram debates, possibilidades e o surgimento de organizações como a que assumiu o nome SOMOS em 1978. Então fui um dos primeiros membros e quando o grupo se tornou o SOMOS, eu fui uma das pessoas participava desse processo de indicar um novo nome. Dentro do grupo SOMOS, eu sempre tive uma participação mais orientada à esquerda. Eu militei numa organização da esquerda naquela época, também, e eu achava que era fundamental o movimento tentar pensar em criar alianças com outros setores sociais que estavam atuando, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento sindical. Por isso, eu fui uma das pessoas que mais incentivou a nossa participação no 1º de maio de 1980, durante a Greve Geral do ABC, com uma faixa *super* à vanguarda contra a discriminação dos trabalhadores homossexuais, já colocando, em 1980, a possibilidade de, no futuro remoto, talvez, organizar a questão LGBT dentro dos sindicatos. Uma coisa que hoje em dia não é uma loucura, é até comum de tentar organizar. Mas, naquela época era *super*-vanguarda; as pessoas achavam até fora da realidade.

Também no nosso primeiro Encontro Nacional de Grupos de Homossexuais Organizados em São Paulo durante a Semana Santa de 1980, fui eu quem propôs organizar um dia de luta dos homossexuais: o dia 28 de junho⁵ que hoje se realiza noutras data por causa do *Corpus Christi* – estou falando da Parada do Orgulho LGBT. Era uma questão de visibilidade e mobilização. Então, eu tive essa experiência anterior à minha chegada no Brasil. Atuei fora, nos EUA, em solidariedade ao Brasil contra a tortura e em defesa dos presos políticos. Depois, aqui, eu engrossei os movimentos pela democracia, tanto na luta LGBT quanto na luta democrática como um todo. E, como estudante na USP, participei do movimento estudantil para ampliar e democratizar a universidade. Então essas são perspectivas que estão embutidas na minha realidade: meu conceito de como deve ser transformada a sociedade e como eu devo participar nisso.

Eu sempre achava que a esquerda estava pensando no século XIX, enquanto eu estava olhando para o século XXI em questões de sexualidade e homossexualidade. Eu entendia como uma questão profundamente democrática e de diversidade a aceitação de diversas maneiras de entender o corpo, a sexualidade e o gênero. Eu já desenvolvia essas ideias

4 Por *Abertura* designa-se o período da Ditadura militar marcado pela distensão e diminuição da repressão política. Iniciou-se durante o governo Geisel (1974-1979), manteve-se no de Figueiredo (1979-1985) e teve como um de sus episódios mais importantes a promulgação da Lei da Anistia, em 1979. Ver: Adriano Nervo Codato, “Uma História Política da Tradição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia”, *Revista de Sociologia e Política*, 25 (2005), p. 83-4 e 91-2.

5 O dia 28 de junho é mundialmente reconhecido como Dia Mundial do Orgulho LGBT. Em muitas cidades é o dia tradicional da realização de paradas de orgulho gay e/ou LGBT. Celebra a revolta iniciada no final de semana de 27-30 de junho de 1969, ocorrida no bar Stonewall Inn no Greenwich Village, Nova Iorque, quando os frequentadores da comunidade LGBT protestaram contra as violentas batidas policiais contra a comunidade LGBT. Ver: Warren Johansson, “Stonewall Rebellion”, *Encyclopedia of Homosexuality*, <http://williamapercy.com/wiki/images/Stonewall.pdf>, acesso em 04 jul. 2019 (originalmente publicada em 1990).

em 1969, 1970, quando tinha 17, 18 anos como jovem feminista. Antes de assumir minha homossexualidade, já me considerava feminista porque o feminismo deu uma crítica teórica sobre papéis de gênero que me permitia ser diferente. Então esta é minha experiência.

Quando resolvi voltar para a universidade, depois de 20 anos me dedicando a outras atividades, e decidi voltar para a História do Brasil, era porque eu achava que a História era o campo mais flexível para fazer uma intervenção política na academia. Naquela época, eu percebia que não existia um trabalho acadêmico sério sobre a história da homossexualidade no Brasil. Eu quis escrever este livro. Eu escrevi *Além do Carnaval*, que nós vamos relançar agora em junho.⁶ E para mim era muito importante realizar um trabalho muito rigoroso, bem feito e com todos os critérios e as exigências da disciplina de História, mas também com conteúdo político de afirmação da homossexualidade. Então, eu também insisti em publicar numa editora acadêmica, a editora da UNESP, para mostrar que era possível ter um trabalho sério, bem feito e com todos os critérios acadêmicos publicado por uma editora importante no mercado. Então considerei isso muito importante.

E toda minha produção, na verdade, é uma intervenção política na sociedade. Em trabalho sobre Ditadura e Homossexualidades, eu e Renan Quinalha organizamos uma coletânea para pensar como a ditadura militar reprimia a homossexualidade e como era a existência e vivência dos homossexuais e pessoas LGBT durante a Ditadura Militar. Quanto a nossa intervenção na Comissão Nacional de Verdade, quando escrevemos um capítulo do relatório final, foi uma coisa inédita – pois nunca relatórios sobre uma comissão de verdade, em qualquer outro país do mundo, havia antes um capítulo sobre essa questão. Então, era uma maneira de utilizar, nesse momento da minha vida, o *status* de historiador reconhecido numa universidade de prestígio para fazer uma intervenção em defesa do movimento LGBT, recuperando a sua história na ditadura militar através da Comissão Nacional da Verdade.⁷ E vou seguir fazendo isso.

Nas eleições de 2018, eu estive com a presidente Dilma Rousseff em Minas Gerais, quando ela foi candidata a senadora derrotada. Eu voltei para os EUA com uma coisa na cabeça: “Gente, nós temos que organizar um movimento internacional, porque agora vai vir um vendaval. Vai ser muito ruim. O Brasil vai precisar de solidariedade internacional.” Então, imediatamente eu organizei uma rede nacional nos EUA, que já tem um grande número de participantes. Eu acredito que a produção acadêmica sempre tem uma visão. Não existe neutralidade na área de história. São leituras e interpretações

⁶ Quando a entrevista ocorreu, o livro estava por ser lançado.

⁷ A Comissão Nacional da Verdade foi instituída em 2011 e encerrou atividades em 2014. O objetivo era apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Ver: A CNV. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 2012, <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>, acesso em 29 jun. 2019.

sobre o passado. Eu tenho uma leitura, assumo essa leitura e respeito outras leituras.

RH: Quais as leituras que você fez ao longo dessas décadas, com que autoras e autores o senhor dialogou, nos EUA e, depois, no Brasil?

JNG: Confesso: Eu não sou muito teórico, na verdade. Quando comecei a aprender marxismo, eu lia os clássicos e entendia o momento em que eles viviam. Eu sou muito mais empírico, no sentido de que as minhas teorias e leituras vêm da minha experiência ou das leituras das fontes. Então, eu leio e entendo Foucault, mas ele não me ajuda muito. Os documentos me confirmam algumas ideias que ele disse, e demonstram que outras não se sustentam. Não posso dizer que eu li todos os clássicos do feminismo e fui influenciado por tal e tal pessoa. Era mais um feminismo na prática: de comportamento como homem com as mulheres, de respeitá-las e de quebrar os rituais sociais... De pensar como ter outra maneira de comportamento com outro tipo de sociedade.

Então, por exemplo, eu considero que eu elaborei as ideias que Judith Butler fala hoje em dia quando tinha 18 anos em 1969. Eu me lembro muito bem de pensar sobre *performance*, e em como o gênero é uma coisa performativa. Só que eu não elaborei uma teoria ou publiquei essas coisas. A minha elaboração teórica vem de uma prática e de uma observação e reflexão da realidade. É uma forma muito mais “paulofreiriana” de ver, refletir, elaborar e atuar. Essa é minha maneira de entender a realidade. Enfim, eu leio os clássicos, e sei ensiná-los.

Os brasileiros estão muito fixados em teoria e eu estou mais interessado na realidade. É uma resposta pobre, mas é minha resposta honesta: além disso, as pessoas que insistem na teoria muitas vezes são muito inacessíveis. Eles não sabem escrever. Eles acham que a confusão, a complexidade e a densidade mostram que são brilhantes. Então, eu não aguento mais ir para reuniões, congressos e ver *papers* citando mil pessoas, e não conseguir entender. Eu acho que eles fazem uma produção distante da realidade do leitor ou do ouvinte, das pessoas que estão tentando entender. Eu sempre tento escrever e pensar de maneira muito acessível. Isso é outra questão para mim: eliminar a maneira elitizada da academia, que pensa que tem que ter ideias *supercomplexas* e teóricas que ninguém vai entender para mostrar que é brilhante. Porque eu acho que minha produção tem que falar com o público. Pode ser que eu seja meio pobre de elaboração, não sei...

RH: Eu tenho uma pergunta que vai de encontro a sua fala sobre empiria. O senhor foi um dos pioneiros da pesquisa sobre a homossexualidade na história do Brasil; um de seus livros mais interessantes sobre o tema é *Homossexualismo em São Paulo* (2005). Nele, o senhor descreveu como encontrou um tesouro, a monografia homônima de José Fábio Barbosa da Silva, de 1958, orientada por Florestan Fernandes. Na sua obra,

o senhor sinalizou sobre as dificuldades de trabalhar com o tema naquele período, e apontou que o único arquivo com bastante material sobre homossexualidade no começo da década de 2000 era o da UNICAMP. Este contexto, na sua opinião, se modificou?

JNG: Sim e não. Melhorou muito em vários sentidos. Primeiro que tem muito mais professores que não tem medo de orientar pessoas que queiram trabalhar com este assunto. E tem mais possibilidades de fazer concurso e entrar na Universidade com esta temática e em áreas fora da Antropologia e Psicologia. Isto é uma modificação. Mais tolerância, que não existia 20 ou 30 anos atrás. Mas, pensa bem: qual é o título da história sobre o lesbianismo no Brasil que é bem feito e que recuperou a história das lésbicas e das mulheres? Não existe. Porque, ainda que com todo o feminismo, essa produção não existia. Agora surgiu algumas jovens mulheres que querem fazer essa pesquisa. Mas demorou até quase 2020 para surgir este tipo de produção. Então, nesse sentido, há barreiras e preconceitos, e as pessoas têm que pensar: “quero arriscar a minha carreira fazendo uma pesquisa sobre esta questão?”. E arriscar: “será que as bancas e as pessoas não vão gostar do meu trabalho, pensando que isto não é história ou é que é uma história parcial, não tão importante?”

Em segundo lugar: questão das fontes. Mesmo que a Unicamp tenha colecionado materiais, arquivos, especialmente do movimento LGBT dos últimos anos, é muito difícil ainda recuperar informação. Com o fato de muitos jornais estarem digitalizados hoje em dia, que não eram digitalizados na minha época, você pode buscar pelas palavras-chave num volume enorme de jornais ou revistas. Atualmente é muito mais fácil encontrar aquela informação embutida em um artigo, dentro do jornal, dentro do número, dentro de um ano... No início, quando eu tentei fazer esta pesquisa, era muito difícil. Eu tinha que ler, por exemplo, 20 anos da revista *Manchete* – página por página: procurando algum comentário sobre “viado”, sobre “boneca”, sobre o “baile dos enxutos”.⁸ Isso melhorou porque tem mais possibilidade de fazer uma pesquisa. Eu acho que essas são as mudanças.

Agora, a época do José Fábio Barbosa da Silva, cerca de 1958 e 1959, era muito conservadora e ninguém aceitava este tipo de atividade. Logo depois houve o golpe de 1964 e ele não teve espaço do Brasil, então teve que sair do país e acabou fazendo sua carreira fora. Isso mudou. Estou orientando pessoas no mestrado e já orientei outras pessoas que fizeram mestrado e doutorado sobre várias questões. Mas, ainda assim... Há um jovem doutorando – uma pessoa que acabou de defender o doutorado na Universidade Federal da Bahia, Tedson Souza, que defendeu o seu trabalho de mestrado sobre sexo anônimo nos banheiros de Salvador e foi muito atacado. O mesmo

⁸ O Baile dos Enxutos era um dos nomes para os bailes frequentados por travestis, ocorridos ao longo das décadas de 1960 a 1980, sobretudo no Rio de Janeiro. Ver: James Naylor Green, *Além do Carnaval: a homossexualidade brasileira no Brasil do século XX*, São Paulo, UNESP, 2000, p. 360-6.

está acontecendo com seu doutorado, que está sendo alvo de muita perseguição.⁹ Então a onda conservadora, hoje em dia, está criando uma nova situação onde as pessoas estão pensando: “será que é bom eu pesquisar este assunto? Será que eu consigo um emprego depois? Será que vai ter uma pessoa na banca com um perfil mais conservador e que não vai admitir a minha pesquisa?” Trata-se de algo dinâmico. Porém, eu acho que melhorou muito nos últimos 20, 30 anos, desde que comecei a pesquisar o material para a minha tese de doutorado. Mas estamos numa nova onda conservadora, apesar da resistência das universidades.

RH: O senhor escreveu um texto de testemunho muito interessante sobre o movimento LGBT e fala ao longo dele sobre a custosa conciliação de duas identidades: a de homem gay e a de militante de esquerda, numa circunstância na qual era difícil uma colaboração entre o grupo SOMOS e os movimentos ligados à esquerda. Na atualidade, muito se tem insistido em análises e reflexões interseccionais e em ações políticas capazes de congrega e agregar esses grupos, que de alguma forma são socialmente marginalizados e subalternizados. Mas, continua sendo algo muito difícil. Então o diagnóstico que você apontou para os anos 1970 e 1980 ainda é o mesmo? Continua existindo essa profunda dificuldade de colaboração? Como o senhor enxerga isso, como historiador e como militante?

JNG: É difícil e não é difícil. É muito interessante. Durante o processo contra o Temer e depois contra o Bolsonaro, eu acompanhei muito na Internet tudo o que estava acontecendo no Brasil. Eu viajei para o Brasil várias vezes no último ano. Me chamou muita atenção o discurso formal, pelo menos, de que “estamos contra o Temer e depois contra o Bolsonaro porque é homofóbico, misógino, racista e contra os índios”. Era parte de uma gramática que indica uma mudança, mesmo que formal. As pessoas incluem o LGBT porque sabem que é importante incluir ou porque entendem que é fundamental incluir. Então isso é um elemento. Antigamente, nós fomos chamados “as minorias”, e eles sempre falavam “os negros”, “as mulheres”, “os índios” e “etc”. Então nós brigamos porque eramos o “etc.” e que ninguém queria mencionar o nosso nome. Eu tive uma experiência única dentro da esquerda, por sorte, porque caí numa organização que se chamava Liga Operária, que estava em transição para ser a Convergência Socialista. Era um grupo trotskista que estava em crise interna e, por isso, era muito mais democrática internamente, porque a organização estava vacilando entre várias tendências. Me deram um espaço de criar um grupo dentro da organização, para cobrar uma política nova

⁹ Tedson da Silva Souza é um jornalista formado pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) e que pesquisa temas relacionados com sexualidades, homossexualidade masculina, raça, corpo e mídia. Ele fez o mestrado em Antropologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que resultou na pesquisa “Fazer banheiro: a dinâmica das interações homoeróticas nos sanitários públicos de Salvador”. Em 2019, ele concluiu o doutorado em Antropologia na UFBA com um período sanduíche na Brown University, e que resultou na tese “Pagodão e as dinâmicas de abjeção em Salvador da Bahia: mídia, raça e sexualidades dissidentes.”

dentro da esquerda brasileira e, ao mesmo tempo, estar dentro do grupo SOMOS.

Para mim, a minha realidade como pessoa na sociedade e minha realidade como homossexual na sociedade não são separadas. Eu sou da classe média. Não sou trabalhador, não sofri na vida, mas entendo o que é exploração e o que é opressão. Me identifico demais com essas questões. Quando era jovem, me identificava muito com a discriminação contra os negros americanos. Em parte, a minha homossexualidade me sensibilizou para a marginalização dos outros. Então, para mim eram lutas unificadas que deveriam ser unificadas. E lentamente, grandes setores (não a totalidade da esquerda) têm mudado, pelo menos formalmente. Vocês notem isso nos discursos. Isso é chamativo para mim.

Agora, a esquerda foi derrotada. Não sei se foi uma derrota histórica ou conjuntural. Mas, a esquerda jamais vai voltar ao poder se não forjar uma grande frente democrática que tem que incluir as reivindicações LGBT. Não tem como escapar. Há alvo mais vulnerável? Não! Porque Bolsonaro percebeu que ele podia usar os ataques aos LGBT como elemento vulnerável para divulgar as suas mentiras e *fake news*: a mamadeira de piroca, os ataques contra Haddad ou Jean Wyllys etc. Ele trabalhava com sua base conservadora homofóbica e sabia que podia mobilizar. Então, quem era mais alvo do Bolsonaro? Eram os LGBT, e, também, índios e negros. Mas era impressionante como ele focava na nossa realidade. Então, qualquer esquerda que queira voltar ao poder, para realizar as transformações sociais que pretenda fazer, não vai conseguir formar uma frente ampla e democrática para ser reeleita se não incluir a questão LGBT. E não tem que ter medo. É verdade que setores, que no passado votaram no PT, não votaram nas últimas eleições, em parte por “questões morais”. Mas, eu acho que a estratégia que não engloba as questões LGBT está condenada à derrota, porque são milhões de pessoas LGBT. Eles não vão aceitar retrocessos e vão ser grandes aliados desse movimento. Eu não sei. Eu vou ver. Vou observar como isso será abordado na parada em São Paulo.¹⁰ Eu tenho muita curiosidade de ver qual vai ser o conteúdo político da parada este ano. Eu sempre reivindicava uma parada militante e uma parada festiva. Eu gosto do carnaval, de suruba, de brincadeira, de espontaneidade sexual. E, também, acho que é importante lutar por nossos direitos. Então vamos ver se a parada em São Paulo tem esse conteúdo combinado de reivindicações democráticas contra este governo atual e mantendo a sua sensibilidade festiva. De afirmação, de celebração de nossas diferenças e alegrias. Vamos ver.

Mas eu acho que a esquerda que não sabe englobar isto não tem futuro. Pronto, porque nós temos razão e a sociedade está percebendo isso. E por isto a maioria das pessoas está contra a discriminação, não está contra o casamento gay, a maioria das pessoas se não me engano - acho que as pesquisas indicam isso não é? E agora a maioria do STF. Não vão poder retirar o direito do casamento, que não era uma prioridade nas minhas

¹⁰ A parada do Orgulho LGBT de São Paulo ocorreu em 23 de junho de 2019.

reinvidicações, mas tudo bem. Não vão poder tirar isso agora. Vão dizer o que para as milhares de pessoas que estão casadas, “você não está mais casada”? Nós vencemos, só que a gente tem de batalhar para convencer as mentes e corações das pessoas e enfrentar os homofóbicos.

RH: Professor, gostaria de retomar um pouco uma questão do começo da entrevista: tipos de democracia. Como o senhor vê a conjuntura política atual no Brasil e os ataques às universidades, ciências humanas e o projeto do Escola Sem Partido? Nós temos vários tipos de ataques, inclusive muitos englobam as questões LGBT. Estaríamos vivendo uma crise no regime democrático com o crescimento do autoritarismo?

JNG: Eu acho que estamos vivendo uma crise da democracia brasileira, que, por sua vez, é um fenômeno mundial. Parte dessa crise é provocada pelo neoliberalismo e uma situação econômica que vai reorganizando o mundo e criando uma série de problemas econômicos e sociais que afetam milhões de pessoas. Também estamos, como expliquei no começo, numa batalha ideológica entre uma noção avançada de democracia ampla, laica e não-religiosa e uma noção de que o Estado tem que promover uma visão ideológica religiosa. De fato, é o que Bolsonaro está dizendo com o seu lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. O que fazem os ateus? O que fazem as pessoas que acreditam nos orixás? Os que são budistas? É uma imposição cristã e de um tipo de cristianismo e faz parte de um projeto de impor leis conservadoras e baseadas em ideias religiosas conservadoras. É um enfrentamento entre essas duas visões e sobre que tipo de Brasil deve existir. Eu acredito que nós vamos vencer essa briga, mas vai ser difícil. A gente vai ter que enfrentar ideias reacionárias, conservadoras e convencer as pessoas do nosso ponto de vista.

As crises na esquerda e os problemas que tiveram nos seus mandatos, a corrupção que existia, a manipulação da opinião pública... tudo isso influenciou nessa confusão que existe. A gente vai ter que ter uma disputa ideológica para ganhar as pessoas. É respeitando. Você tem todo direito de acreditar na sua religião, no seu Deus, no seu comportamento. Você pode se casar com uma mulher, se você é homem, e quiser ter 3, 6 filhos... Não tem problema. Ninguém vai te proibir de fazer isso. Só que você não tem direito de impor seus valores porque eu não estou fazendo dano para ninguém. É uma questão profundamente democrática e a esquerda tem que ser a maior defensora dessa democracia. As universidades têm que ser as maiores defensoras dessa democracia. Contra essas imposições religiosas e autoritárias do Estado nesse momento.

RH: Podemos dizer que estamos vivendo um tipo de democracia alinhada com o autoritarismo, ou seriam coisas que não compatibilizam?

JNG: É um Estado democrático com tendências fortes, de vários setores, de torná-lo num Estado autoritário. A ditadura militar manteve seus dois partidos,¹¹ Congresso Nacional, Superior Tribunal Federal (STF). A do Chile não! O Chile acabou com o congresso e os partidos. O Brasil, durante a ditadura militar, tinha uma fachada democrática e tinha elementos democráticos dentro de uma ditadura militar.

Hoje em dia, é uma democracia com tendências autoritárias. Estão tentando limitar as universidades com os ataques, por exemplo, ao direito de expressão, ao direito da autonomia universitária... São tentativas de impor medidas autoritárias. E há uma resistência, que ainda não foi derrotada. Não estamos no AI-5 de 1968, quando acabou o movimento estudantil e os militares fecharam o Congresso e começaram a reprimir diretamente. Como a *lawfare*: utiliza-se instrumentos formalmente legais para poder restringir a sociedade e as possibilidades democráticas dentro dela. A única solução é resistir e lutar contra. Não deixar a universidade ser fechada e não deixar eles cortarem 30% do orçamento. Protestar, mobilizar, não deixar eles fazerem as reformas que vão acabar com a aposentadoria de muitas pessoas. É uma luta. É aquela famosa luta de classes que ficou fora de moda, mas eu acho que é luta de classes. É mais do que luta de classes, mas ela é um elemento.

RH: Agora falando da biografia de Herbert Daniel. Quais os desafios e potencialidades de realizar uma pesquisa desse cariz, e com uma personagem com uma trajetória de vida tão próxima da sua?

JNG: Foi uma das coisas mais difíceis e deliciosas da minha vida. Porque, realmente, durante anos eu queria fazer uma biografia e achava impossível. Depois, uma professora e historiadora, Denise Rollemberg, disse: “Fala com a mãe”. Então, quando eu falei com a mãe, eu fiquei apaixonado pela história do filho. Eu quis recuperar esta história. Depois foi uma verdadeira “caça ao tesouro”. Anos procurando informações, entrevistas e material. E cheios de insegurança, porque eu nunca tinha feito uma biografia. Ao mesmo tempo, houve uma identificação muito grande, porque ele vivia, em certo sentido, as minhas próprias dúvidas e angústias sobre a identificação com a esquerda e sobre a homofobia que ele enfrentou. Ele também participou dos movimentos de resistência à ditadura militar.

As transformações, revelações e mudanças no conceito dele do que é democracia e esquerda brasileira. É uma pena que eu não o tenha conhecido. Eu não sei se ele iria

11 Em 1965, com o Ato Institucional nº 2, extinguíram-se os partidos políticos existentes desde o final do Estado Novo, substituídos pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), formada pelos aliados do regime; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) congregando a oposição. Ver: Sérgio Lamarão, ‘Partidos’ (extinção), <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidos-politicos-extincao>, acesso em 21 jun. 2019, Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

gostar de mim. Pode ser que a gente tivesse atrito. Talvez seja melhor que não tivéssemos nos encontrado. Quando eu comecei o livro, queria recuperar um outro momento da história. Mas a trajetória dele me foi parecendo cada vez mais importante, porque ele representa não somente as contradições, mas também as tentativas de as superar. E ele consegue superar. E depois, quando ele descobre que é soropositivo, mais uma vez, ele entra na luta de novo. Ele entrou na discussão sobre AIDS. Ele organizou um grupo de pessoas que viviam com HIV. Uma pessoa fabulosa, nesse sentido. Um lutador que não parava de lutar até o último suspiro que deu. Então, para mim, é uma inspiração e eu espero que ele seja uma inspiração para outras pessoas. Especialmente neste momento difícil.

RH: O senhor conclui a introdução da biografia escrevendo que “é uma trajetória que permite repensar a narrativa” sobre o Herbert Daniel. Poderia contar um pouco para gente sobre o que é este processo?

JNG: Em certo sentido, foi a produção dos protagonistas que fizeram suas memórias, como Gabeira, Sirkis, ou Tapajós,¹² que criou a narrativa sobre o que era a resistência à Ditadura Militar. Era uma resistência heroica, trágica, dolorosa de pessoas que realmente se jogaram direto para enfrentar a ditadura e tentar derrotá-la, mesmo sendo uma tentativa muito infeliz, com poucas vitórias. Então essa foi a narrativa que predominava. Depois, surgiram outras narrativas, sobre a ditaduras. Umas questionavam se era uma ditadura civil-militar, outras qual o tipo de seu regime; outras se perguntavam quando começou a barra pesada, se era uma ditadura apenas entre 1968 e 1979.

Mas eu achava que faltava entender a realidade mais cotidiana das pessoas. Então, por isso, na Comissão da Nacional da Verdade eu insisti em tentar recuperar a história da repressão sobre as pessoas LGBT. A repressão na ditadura não era apenas contra a luta armada, matando, prendendo e torturando as pessoas, mas contra todo o tipo de diferença que resistia ao comportamento imposto pela ditadura. Então eram as travestis, trabalhadoras do sexo em 1980 perseguidas pelo Delegado Richetti em São Paulo; eram os homossexuais que andavam nas ruas da Cinelândia no Rio em 1969 e de repente tinham medo de andar porque existia maior repressão contra os chamados subversivos.

Ou seja: eu queria ampliar a noção do que foi a Ditadura Militar e como ela afetou a vida das pessoas. Este foi um elemento importante, “repensar a ditadura”. Ninguém fala

12 O entrevistado se refere a três autores de obras sobre o período ditatorial: Fernando Gabeira, Renato Tapajós e Alfredo Sirkis, autores respectivamente de “O que é isso companheiro?”, “Em Câmera Lenta” e “Os Carbonários”. Ver: André Dantas, Patrícia Campos, Luís Otávio de Sousa, ‘Gabeira, Fernando’, <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>, acesso em 28 jun. 2019, verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; ‘Tapajós, Renato’, <http://memoriasdaditadura.org.br/escritores/renato-tapajos/>, acesso em 28 jun. 2019, “Memória da Ditadura”; e “Câmara dos Deputados”, Alfredo Sirkis, <https://www.camara.leg.br/deputados/116663/biografia>, acesso em 28 jun. 2019.

sobre pessoas como Herbert Daniel. Pense bem: ele participou de dois sequestros que liberaram cento e dez pessoas. Muitos dessas pessoas voltaram para o Brasil e foram muito importantes no processo da redemocratização e outros movimentos sociais, como o PT e outros partidos à esquerda, e ninguém falava sobre ele. Desapareceu! Depois da morte, ninguém lembrava mais dele. Não existia!

Então eu achava tinha que ser recuperada uma parte da narrativa sobre quem resistiu a Ditadura Militar: um “viado” que reprimiu a sua sexualidade para se sentir parte de um grupo mas que, apesar de sua repressão, foi uma pessoa muito importante na resistência. E que, depois, tinha a capacidade de não somente repensar como a esquerda funcionava e atuava mas que cobrava dela uma nova atitude; e que ajudou, por fim, com outras pessoas de outros movimentos a modificar a consciência das esquerdas no Brasil.

Era uma pessoa fundamental, e há outras. Eu escolhi uma que era, digamos, a mais dramática. Mas há outras pessoas cuja trajetória tem de ser recuperada. Espero que em outro momento outros historiadores façam isso.

RH: Em 2019, comemora-se o cinquentenário dos levantes de Stonewall. Em 2015, o filme *Stonewall: onde o orgulho começou* foi duramente criticado pela forma apagada como representou *drag queens* e transexuais latinas e afro-americanas na linha de frente do movimento. Este diagnóstico também foi apresentado no documentário *A morte e a vida de Marsha P. Johnson* (2017), identificando o movimento gay dominante nos Estados Unidos com pautas setoriais. Estes filmes são significativos porque se propõem a apresentar e/ou refletir sobre a memória do movimento LGBT para um público amplo, e indicam a existência de uma memória dividida. Neste sentido, por que sujeitos com identidades divergentes da norma terminam reiterando as desigualdades de um sistema excludente?

JNG: Bem, cada movimento precisa da sua história de origem. E quando um movimento tenta ser o mais amplo, mais inclusivo possível, e não ser predominantemente dirigido por homens mas por outros personagens, estes vão exigir seu espaço. E, querendo seu espaço dentro do movimento e, depois, na memória do movimento, existe no meu ponto de vista a necessidade de uma nova narrativa. Eles não falsificam o passado, mas exageram o passado. É verdade, havia *drag queens* em *Greenwich Village*, que frequentavam os bares e participaram na rebelião e na resistência. Havia lésbicas, “sapatonas” fortes que também jogaram pedra contra a polícia. Mas a grande maioria das pessoas, me desculpem, eram homens basicamente – mas não somente – brancos, e que participaram da primeira parada, que é a do *Stonewall Liberation Front*, em 1970. Também tinha mulheres e travestis, havia pessoas não brancas, e em certo momento, algumas dessas pessoas ganharam destaque. Mas dizer que eram somente as trans que estavam na vanguarda, que eram somente as lésbicas que rebelaram, isso não é verdade.

E, tudo bem, se as pessoas precisam de heróis e de heroínas e querem criar seus mitos, não tem problema, eu entendo isso. A verdade é que era um movimento muito diverso, de muitos setores, e que no passado, muitas vezes o imaginário enfatizado eram de que eram homens brancos. É verdade.

Eu não participei de Stonewall. Eu assumi em 1973 e fui para a quarta parada em Nova Iorque. A grande maioria era de homens, que eram *drag queens* durante este dia, como as *drag-queens* no carnaval do Brasil, mas não durante todo o ano. Não eram travestis e nem eram trabalhadores do sexo. E as mulheres reivindicaram mais espaço, então as lésbicas começaram a reivindicar um espaço cada vez maior nas paradas e conquistaram isso. Então, eu acho que é uma necessidade de as pessoas terem um passado. É como dizer que a vanguarda do movimento LGBT brasileiro foram as *trans* – não foram: foram homens e, depois, as mulheres assumiram um papel dentro do grupo SOMOS. [As *trans*] foram muito marginalizadas e, depois, vítimas da repressão em 1980 com Richetti. E quando nos mobilizamos contra a repressão policial, algumas [*trans*] participaram, mas foi dez ou quinze anos depois que as *trans* começaram a se organizar politicamente. E, é claro, uma ou outra *trans* em um ou outro lugar estava em destaque, mas não era a realidade do movimento. Recriar uma realidade que não existiu é problemático para o historiador. Então esta é minha resposta, e as pessoas podem achar que estou incorreto. Mas eu acho que a realidade reforça minha leitura.

RH: No começo da entrevista, o senhor se referiu a uma rede internacional de pesquisadores e disse que poderíamos voltar ao tema no final da entrevista.

JNG: Quando voltei do Brasil em outubro de 2018, depois do primeiro turno das eleições, fiz uma chamada para uma reunião nacional de brasileiros e brasilianistas para organizar uma rede nacional de resistência contra o que eu calculava que seria o resultado deste segundo turno. Quando voltei ao Brasil em novembro, depois do segundo turno, para festejar o meu aniversário – que sempre comemoro em São Paulo – verifiquei que a situação era drástica, que todo o mundo estava desorientado. Eu já tinha vivido isso com a eleição de Trump, e sabia por quais estágios as pessoas iam passar.

Então voltei para os Estados Unidos, já marcando uma reunião nacional na Faculdade de Direito da Columbia University, em Nova Iorque, para fundar o que agora se chama *The US Network for Democracy in Brazil* – Rede dos Estados Unidos pela Democracia no Brasil. É uma rede nacional de brasileiros e brasilianistas que estão vivendo, trabalhando e estudando nos Estados Unidos, e que querem organizar resistência e promover a democracia no Brasil. Tem mais que quarenta grupos afiliados em todo o país e temos contatos em 235 universidades e faculdades em 45 dos 50 Estados. Nosso primeiro ato nacional foi de homenagens a Marielle Franco, que organizamos durante a semana da morte dela. Foram mais de cinquenta atos a nível nacional, nos Estados Unidos, sobre

Marielle.

Tem uma maratona que a gente precisa correr contra esta situação, que vai exigir muita solidariedade, muito apoio. Estamos preparando uma campanha nacional no Congresso para propor uma moção repudiando o governo do Bolsonaro, e vamos organizar pessoas em mais de cem distritos eleitorais para convencer seus representantes a assinarem a moção.

Pessoas de nossa rede em NY foram as pessoas que mobilizaram, junto com outras, a campanha contra Bolsonaro e seu convite para receber o prêmio de homem do ano pela câmara de comércio Brasil-Estados Unidos. Foi uma iniciativa do movimento LGBT americano – de pessoas que não tinham muito contato com o Brasil – e companhias como Delta [Delta Airlines], que tinham muito medo de ser associadas a um homofóbico e retiraram seu apoio a esta homenagem.

Estas são as iniciativas, algumas mais simbólicas... mas entendemos que moralmente é muito importante para os brasileiros saberem que têm solidariedade internacional. E outras são coisas concretas: o isolamento internacional como o que as pessoas estão organizando na Argentina, por exemplo.

Eu escrevi outro livro, *Apesar de Vocês*, sobre a oposição à Ditadura Militar brasileira nos Estados Unidos. Como participei do movimento de solidariedade com o Brasil no começo dos anos 1970, eu tenho uma compreensão muito grande sobre o que é solidariedade internacional. Estamos comemorando cinquenta anos de solidariedade internacional com o Brasil nos EUA, vivendo a quinta onda dessa solidariedade com esta rede nacional, e estamos nos preparando para muitos anos de luta, agora, pois sabemos que não vai ser fácil derrotar este governo e a ideologia conservadora que pegou no Brasil. E sabemos que muitos setores que se mobilizaram no dia 26¹³ existem de fato, não é fenômeno efêmero: está consolidada uma direita conservadora. Não é a maioria, mas é consolidada, e gente vai ter que lutar contra eles nacional e internacionalmente. E estou orgulhoso de ser coordenador nacional, um “viado” assumido coordenando esta história. Mais uma maneira de inclusão social. E tenho a honra de ter recebido dois *tweets* do Bolsonaro, um do Jair e do seu filho Carlos, me atacando. Me sinto orgulhoso de ser atacado pelo presidente do Brasil.

13 No dia 26 de maio de 2019 ocorreu uma manifestação de apoio ao governo Bolsonaro, liderada por grupos conservadores no Brasil. O chamado para esta manifestação circulou nas redes sociais principalmente após manifestações dia 15 de maio de 2019, contra os cortes de orçamento do Ministério da Educação. Ver: Joana Oliveira, O ‘bolsonarismo puro’ testa sua força em manifestações de rua pela primeira vez, *El País Brasil*, 26 maio 2019, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/politica/1558724882_630332.html, Acesso em 27 jun. 2019.